

STJ00096968

Carla Wainer Chalréo Lgow

Direito de Preferência

SÃO PAULO
EDITORA ATLAS S.A. – 2013

© 2013 by Editora Atlas S.A.

Capa: Leonardo Hermano
Composição: Entexto – Diagramação de textos



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Lgow, Carla Wainer Chalhéo
Direito de preferência /Carla Wainer Chalhéo Lgow.
São Paulo: Atlas, 2013.

Bibliografia.

ISBN 978-85-224-7949-8

eISBN 978-85-224-7950-4

1. Direito civil – Brasil 2. Direito de preferência – Brasil 1. Título.

13-04536

CDU-347(81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Brasil: Direito de preferência: Direito civil 347(81)

TODOS OS DIREITOS RESERVADOS – É proibida a reprodução total ou parcial, de qualquer forma ou por qualquer meio. A violação dos direitos de autor (Lei nº 9.610/98) é crime estabelecido pelo artigo 184 do Código Penal.

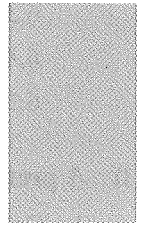
Depósito legal na Biblioteca Nacional conforme Lei nº 10.994, de 14 de dezembro de 2004.

Impresso no Brasil/*Printed in Brazil*



Editora Atlas S.A.
Rua Conselheiro Nébias, 1384
Campos Elísios
01203 904 São Paulo SP
011 3357 9144
atlas.com.br

545: 979939



Sumário

Apresentação, xi

Introdução, 1

I Estrutura e funções dos direitos de preferência, 5

1 Fontes, 6

2 Terminologia, 9

3 Estrutura, 12

3.1 A preferência é compatível com diversos negócios jurídicos, 12

3.2 A preferência impõe um limite à liberdade contratual do sujeito passivo, 14

3.3 A preferência deve ser exercida em paridade de condições, 16

3.4 Tempo de vigência, 19

4 Funções, 22

5 Interpretação, 28

5.1 Abrangência, 30

6 Natureza jurídica, 36

6.1 A preferência, em alguma hipótese, constitui espécie de direito real?, 37

6.2 As teorias do direito de crédito condicionado, 51

- 6.3 As teorias do direito de crédito correspondente a um *non facere*, 55
- 6.4 As teorias do direito potestativo, 57
- 6.5 A teoria do direito potestativo constitutivo de um direito de crédito, 59

II A preferência como relação jurídica complexa, 61

- 1 Constituição do direito de preferência: pressupostos gerais , 62
- 2 A comunicação para o exercício do direito de preferência ou *denuntiatio*, 72
 - 2.1 Generalidades, 72
 - 2.2 Função e natureza da comunicação para preferência, 75
 - 2.3 A qualificação da comunicação para preferência como proposta contratual, 79
 - 2.4 A obrigação do sujeito passivo em realizar a *denuntiatio* não é incompatível com o caráter potestativo do direito de preferência, 82
 - 2.5 O conteúdo da *denuntiatio*, 85
 - 2.5.1 Necessidade de a *denuntiatio* identificar o terceiro com quem o sujeito passivo pretende contratar, 87
 - 2.6 Quando proceder à comunicação. Quem deve e quem pode fazê-la e a quem deve ser feita. Consequências da falta de comunicação ou da comunicação irregular, 90
- 3 O exercício do direito de preferência, via declaração, 96
 - 3.1 Qualificação jurídica e efeitos da declaração positiva do sujeito ativo, 96
 - 3.2 Quando proceder à declaração. Quem pode fazê-la e a quem deve ser feita. Conteúdo da declaração. Consequências da falta de declaração ou da declaração irregular, 98
 - 3.3 Pluralidade de preferentes, 102
 - 3.4 Sujeito passivo e preferente podem, de comum acordo, celebrar o contrato em termos diversos do projetado com o terceiro?, 103
 - 3.5 O exercício da prelação constitui para o preferente uma obrigação de contratar?, 106
 - 3.6 Após o exercício da preferência, pode o sujeito passivo voltar atrás em sua decisão de contratar?, 112
 - 3.7 A qualificação da declaração para preferir como aceitação contratual, 117

III A fase patológica da relação de preferência e os meios de tutela à disposição do preferente, 123

- 1 Os deveres a que as partes estão sujeitas na relação de preferência, 124
- 2 Meios de tutela à disposição do preferente, 126
 - 2.1 A eficácia real ou obrigacional dos direitos de preferência, 128

- 2.2 O direito à indenização, 136
- 2.3 O direito à execução específica, via ação de preferência, 142
 - 2.3.1 Natureza e finalidades da ação de preferência, 142
 - 2.3.2 Pressupostos do recurso à ação de preferência, 153
 - 2.3.3 Os ônus que recaem sobre o preferente, 154
 - 2.3.4 Efeitos da procedência da ação de preferência, 158
 - 2.3.5 Legitimidade das partes na ação de preferência, 161

IV A dinâmica dos direitos de preferência, 165

- 1 A dinâmica dos direitos de preferência, 166
- 2 Direito de preferência inserido em acordo de acionistas, 166
 - 2.1 Os “acordos de bloqueio”, 166
 - 2.2 Pacto de preferência para aquisição de ações inserido em acordo de acionistas, 169
 - 2.2.1 Eficácia perante terceiros, 173
 - 2.2.2 A redação da cláusula que institui a preferência, 183
 - 2.2.2.1 Quanto ao objeto do direito de preferência: o exercício da preferência deve incidir sobre a totalidade do objeto da oferta ou pode incidir apenas sobre parte dele?, 185
 - 2.2.2.2 Quanto aos negócios jurídicos abrangidos pelo pacto de preferência, 191
 - 2.2.3 Direito de preferência nas transferências indiretas de participação (“alienações em cadeia”), 194
- 3 Direito de preferência dos condôminos de bem indivisível, 205
 - 3.1 Incidência da preferência nas alienações entre condôminos, 207

Conclusão, 213

Referências bibliográficas, 223

Referências de Internet, 239

Jurisprudência, 241